



Presidente p. 6

Menos burocracia para os professores



PSD p. 13

“Bons resultados” da economia contradizem “discurso negativista” da oposição

Povo Livre



nº 1881

24 de Junho de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



REFORMAS E COOPERAÇÃO

Mariano Rajoy e Pedro Passos Coelho na 28.ª Cimeira Luso-Espanhola, em Baiona, 22 de Junho de 2015

Agenda favorável à internacionalização das empresas



“Da mesma maneira que tenho dito que mais vale ter metade de uma empresa viável do que 100 por cento de uma empresa falida, que não tem futuro, direi que com os nossos parceiros lusófonos nós temos a obrigação de estabelecer parcerias com outros parceiros fora da área da lusofonia”, começou por sublinhar o Primeiro-Ministro, na cerimónia de entrega do relatório sobre Lusofonia Económica elaborado pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (ELO), na residência oficial, em Lisboa, 15 de Junho.

Ressalvando que a legislatura está a terminar, o chefe do Governo declarou que, na sua opinião, esse problema “não se colocará”. “Não porque eu tenha nenhuma antevisão particular sobre o resultado das eleições que se aproximam e do novo ciclo político que se avizinha, mas pela qualidade da estratégia que é apresentada, tenho a certeza que ela será indispensável para qualquer Governo que queira ser bem-sucedido neste domínio”, disse, acrescentando que “este é um contributo que poderá ser desenvolvido plenamente na próxima legislatura.

Passos Coelho referiu ainda que “Portugal continua a ser um país com um nível de dívida muito elevado, quer do ponto de vista público quer do ponto de vista privado”, o que representa uma restrição, acrescentando que “hoje as restrições para a economia portuguesa são bastante menos exigentes do que eram há quatro anos”. “Se queremos que seja assim nos próximos quatro anos, que esta tendência se venha a enraizar ainda mais, então ainda temos de apostar mais neste caminho”, defendeu.



O presidente da CIP, António Saraiva, apresentou o relatório encomendado pelo Governo e aproveitou para dizer directamente ao Primeiro-Ministro que este trabalho não foi “entendido como um ponto de chegada”, mas sim como “um ponto de partida e há que lhe dar seguimento, e com a determinação de todos os responsáveis que nele participaram de desenvolver uma verdadeira lusofonia económica”.

A estratégia delineada no relatório, segundo Passos Coelho, vai permitir colocar “os ministros em contacto

directo com aqueles que, do ponto de vista associativo, mais experiência congregam na internacionalização da economia portuguesa” e também possibilita a atracção de investimento directo externo. “Conseguimos, de facto, que o Governo pudesse, dentro daquilo que estava ao seu alcance e dadas as circunstâncias muito especiais em que vivemos durante uma parte significativa desse tempo, cumprir uma agenda que favoreceu a lusofonia económica e que favoreceu também a internacionalização das empresas portuguesas”, afirmou o Primeiro-Ministro.

Entre as principais conclusões deste relatório destacam-se a relevância económica da língua portuguesa, manter um fórum de partilha entre entidades governamentais, associativas e empresariais, e permitir a participação de todas as partes interessadas numa estrutura transversal na dependência do Primeiro-Ministro.





É “racionalmente importante” evitar incumprimento grego

Porto
Business School

Portugal está em condições para enfrentar qualquer volatilidade nos mercados externos pro causa da situação da Grécia até ao final do ano. A garantia foi dada pelo chefe do Executivo, durante o encerramento do seminário “Investimento e financiamento às empresas - Uma ideia para mudar Portugal”, organizado pelo Fórum para a Competitividade, na Porto Business School, dia 16. Pedro Passos Coelho realçou que é da responsabilidade do Governo prevenir as eventuais restrições de financiamento que possam advir da situação grega, mas que Portugal está prevenido, pelo que, “se alguma coisa de mais grave acontecer com a Grécia, Portugal não cai a seguir”. “Hoje estamos, depois de

vários meses de impasse, sem saber se vamos ter ou não vamos ter um incumprimento dentro da zona euro e isso tem causado um efeito que não se dissipará com facilidade. O que é que se passa? Há um país que está à beira novamente da bancarrota e ao cabo de quase quatro meses de negociações não há uma saída, uma solução para o problema? Julgo que isto é, no mínimo, perturbador”, declarou o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho salientou que “aqueles que pensam que a situação se resolve simplesmente no plano político, ignorando todos os outros, mostram ter um desconhecimento muito grande do que é a política e do

que é a realidade”. Isto porque “os políticos têm uma palavra muito importante em todos estes processos, mas quando decidem ao arrepio das condições e da realidade, o que fazem é vender ilusões às pessoas e não resolver os problemas”. “Julgo que há muitas lições políticas que um dia se poderão tirar deste processo, mas o que quero sublinhar é que julgo que hoje nós temos condições em Portugal para passar por um período de maior perturbação nos mercados financeiros como não tivemos nos anos precedentes e creio que isso deve reforçar a nossa confiança”, declarou o Primeiro-Ministro.

Pedro Passos Coelho defendeu ser “racionalmente importante” e “desejável para todos” na zona Euro que a Grécia encontre uma solução para não entrar em incumprimento. “Reafirmo que seria desejável para todos, para a Grécia e para a zona Euro, que qualquer incumprimento grego fosse evitado e a reafirmação disso significa que nesta altura Portugal não colocará nenhum obstáculo a que uma solução dessas possa ser encontrada”, afirmou.

Passos Coelho, que falava numa visita ao Centro Comunitário São Cirilo, no Porto, salientou que, “racionalmente, era importante para todos que se pudesse chegar a uma solução que evitasse um incumprimento grego, mas isso não está só nas mãos do Eurogrupo”. “Eu não faço palpites, nem apostas nem tenho estados de alma em relação a estas matérias. Uma solução a ser encontrada tem de respeitar as regras que se aplicam a todos os países, frisou.



Menos burocracia para os professores



O Governo está a estudar medidas para reduzir a carga burocrática e as tarefas administrativas que pesa sobre os professores nas escolas. O Primeiro-Ministro abordou este tema durante uma iniciativa do Ministério da Educação e Ciência, no Teatro Thalia, em Lisboa, dia 17, depois de apontar uma reforma do Estado centrada na “simplificação de procedimentos” como o “grande objectivo de uma próxima legislatura”. Passos Coelho disse ter trocado impressões com o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, sobre o assunto e que este lhe deu conta de que Portugal está “bastante bem” nesta matéria em termos comparativos, no quadro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE). “A carga burocrática que é exigida aos nossos professores - em relatórios, reportes que tenham de fazer, na organização do seu trabalho escolar - não andarão muito longe daquilo que se regista noutros países”, realçou.

O Primeiro-Ministro elogiou o trabalho feito, mas referiu que a carga burocrática dos professores “é uma queixa que aparece com muita frequência, sobretudo nos últimos anos”, acrescentando: “Temos uma certa dificuldade em avaliar exactamente o que é que podemos aliviar de todos esses procedimentos administrativos”.

Neste contexto, Passos Coelho concluiu: “Nós temos a obrigação de clarificar um bocadinho melhor esta questão e ver em que medida podemos ir mais longe e melhorar - com isso ajudaremos também a melhorar a média da OCDE - para colocar os nossos professores, tanto quanto possível, naquilo que é a disponibilidade da sua missão principal, que é organizar os tempos lectivos, dar as aulas, evidentemente, e ao mesmo tempo preparar

as suas lições”.

Na sua intervenção, Passos Coelho falou também no abandono escolar, declarando: “Nós tínhamos a meta de alcançar uma taxa de abandono escolar não superior a 10 por cento até 2020. Parece-nos nesta fase muito difícil atingi-la, mas seria mau que abandonássemos esse objectivo, esse propósito”.

Maior resposta para acolher imigrantes

Portugal está disponível “para oferecer mais acolhimento e mais resposta” a imigrantes que procuram resposta dentro da União Europeia e destacou que o desafio é também “cuidar bem” dos que querem regressar. “Portugal está disponível para oferecer mais acolhimento e mais resposta a estas pessoas que precisam de ter um acolhimento maior dentro da União Europeia”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O chefe do Executivo, que falava numa visita ao Centro Comunitário São Cirilo, no Porto, acrescentou



que, se Portugal “quer manter boa prestação” neste domínio, “tem de ser muito equilibrado na forma como dirige as suas respostas para aqueles que precisam e que estão cá, tal como para os que vêm de fora”. Sobre o acolhimento de imigrantes na União Europeia, o Primeiro-Ministro assinalou ser necessário encontrar critérios que permitam “ter em conta quer a dimensão do território humano, dimensão demográfica da sociedade que acolhe imigrantes, quer o seu nível de desempenho económico, e também o nível de desemprego”.

O Primeiro-Ministro no último debate quinzenal da legislatura

Portugal vive um ciclo “virtuoso” de “retoma económica”

O Primeiro-Ministro entende que está na altura de Portugal se preparar para acolher mais imigrantes e receber de volta os portugueses que emigraram à procura de emprego, porque o pior da crise já passou. Na abertura do 56.º debate quinzenal e o último da actual legislatura, no Parlamento, Pedro Passos Coelho considerou que “o país está de parabéns por ter conseguido, apesar da crise, melhorado as suas políticas de integração” de imigrantes. “Agora que o pior da crise está ultrapassado, está na altura de nos prepararmos para fazer um acolhimento mais significativo de pessoas que precisam de ser realojadas ou reinstaladas, seja ao nível da política de asilo ou relativamente a imigração, ao mesmo tempo que devemos começar a preparar-nos para acolher todos aqueles que, sendo portugueses, procuraram outras economias para poderem obter resposta ao nível da empregabilidade”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro reiterou esta ideia, por outras palavras: “Está na altura, portanto, de começarmos a preparar as nossas estruturas e a nossa política para o alargar acolhimento a imigrantes, mas também para voltar a acolher aqueles que sendo portugueses começam hoje a ver melhores condições para regressar à economia portuguesa e a Portugal”. Passos Coelho referiu que Portugal ficou classificado em segundo lugar num relatório apresentado na semana passada sobre a imigração em 38 países desenvolvidos, mantendo a posição de 2010, mas com mais um ponto. “É um facto que merece ser sublinhado”, disse.

O chefe de Governo referiu ainda um relatório apresentado no passado dia 12 sobre a imigração em 38 países desenvolvidos, que classificou Portugal “como o país do sul da Europa que mais bem promove o combate à discriminação e melhor promove a integração” de comunidades imigrantes.

Depois, no que respeita ao estado da economia portuguesa, mencionou que “o investimento está a crescer”, que no primeiro trimestre “as exportações líquidas voltaram a dar um contributo positivo para o crescimento” e que “uma parte significativa das importações se destina ao investimento”.

O chefe do executivo insiste que Portugal está “num novo ciclo não vicioso, mas virtuoso” de “retoma económica” e destaca também os dados do Eurostat sobre as taxas de emprego: “Temos vindo a melhorar significativamente do ponto de vista do emprego e fomos mesmos, em termos de União Europeia e de zona euro, o segundo país a exibir uma taxa maior de crescimento do emprego”. Segundo Passos Coelho, a evolução do emprego “relativiza a discussão que tem sido travada em torno da explicação sobre a baixa da taxa de desemprego”.



Portugal e a Irlanda não estão inquietos e ansiosos com impasse grego

Pedro Passos Coelho considerou que, ao contrário do que aconteceu em 2010, Portugal e a Irlanda não estão agora desesperados, inquietos e ansiosos com eventuais consequências do que aconteça na Grécia. Passos Coelho defende que o Governo seguiu “a estratégia certa”, de “segurança” e “prudência”, e por isso Portugal está prevenido financeiramente para enfrentar um cenário de volatilidade nos mercados e é olhado como um parceiro de confiança da zona euro.

Depois, comparou o que aconteceu quando a Grécia fez o primeiro pedido de resgate e “o relógio começou a contar para outros países”, com o actual contexto: “A zona euro exhibe hoje uma condição de resiliência muito maior,

com Portugal ou a Irlanda a não estarem desesperados, inquietos, ansiosos, a saber quanto tempo demorarão a ter de pedir ajuda externa se algum risco, nomeadamente do lado da Grécia, se vier a materializar".

O líder do Executivo introduziu o tema da situação da Grécia referindo que esta é uma altura "em que tantas incertezas pairam na zona euro e, portanto, também na União Europeia". De acordo com Passos Coelho, neste quadro, "é de valorizar o facto de Portugal poder ser encarado como um país que não será apanhado desprevenido pela incerteza e pela materialização de riscos na zona euro, na medida em que está prevenido do ponto de vista do encaixe financeiro para fazer face durante bastante tempo a qualquer volatilidade dos mercados".

O Primeiro-Ministro alegou que Portugal é hoje considerado um país com "uma economia que está a recuperar" e que, "tendo ganho credibilidade, consegue posicionar-se no coração da Europa como um país merecedor de confiança". "É visto como um parceiro de confiança que estará seguramente dentro da zona euro abrangido pelos mecanismos de defesa da zona euro, que nunca deixarão de ser accionados em caso de necessidade", reforçou.



Passos Coelho afirmou que "isso não acontece por acaso", defendendo as políticas seguidas nos últimos quatro anos e o "trabalho de preparação" feito durante o período de assistência externa europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Foram aplicadas políticas de "desvalorização interna" que asseguraram "o ajustamento necessário", e políticas orçamentais que levaram a "excedentes primários" e colocaram Portugal "no caminho certo para reduzir não apenas o 'stock' de dívida, mas também o rácio de endividamento público e privado", sustentou. "Foi a estratégia certa que nos colocou seguramente hoje à beira de uma segurança que nunca teríamos tido se tivéssemos seguido as sugestões, os apelos e até os pedidos de decisão que a oposição solicitou em Portugal nos últimos quatro anos".

Referindo-se a uma pergunta do Bloco de Esquerda sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), Pedro Passos Coelho afirmou que o Governo tomou a "melhor opção" relativamente aos estaleiros. "Os Estaleiros de Viana do Castelo durante todo o tempo em que actuaram acumularam passivos elevados. A actividade desenvolvida dava prejuízo à empresa", sublinhou.

Passos Coelho declarou ainda que a "prova" da boa decisão do Governo está, por exemplo, na salvaguarda de postos de trabalho. E, dirigindo-se a Catarina Martins, reforçou: "Escolheu um tema errado para mostrar o seu ponto de vista. Aqui não há negociata nenhuma. Salvou-

-se o emprego, a construção naval e a reparação naval em Viana do Castelo apesar de termos necessidade de fazer a subconcessão dessa actividade, por concurso público, de forma transparente".

"Está nas mãos do Governo grego fechar um acordo"

Está sobretudo nas mãos do Governo grego fechar um acordo político com os seus parceiros europeus, e voltou a defender que esse acordo tem de respeitar as regras europeias. Na abertura de um debate preparatório do Conselho Europeu, na Assembleia da República, Pedro Passos Coelho manifestou o desejo de que não haja "nenhum rompimento de negociações entre o Eurogrupo e a Grécia" e disse não saber responder ao pedido do PS de informações sobre o "detalhe das negociações que estão a decorrer", mas considerou que o processo não tem caminhado para uma solução: "Eu gostaria muito que a Europa não tivesse de passar por um acidente com a Grécia, mas volto a dizer, como tenho dito: nós precisamos de encontrar as soluções dentro dos quadros institucionais e das regras europeias. E não é possível fechar um acordo político, nem entre ministros das Finanças, nem entre chefes de Estado e de Governo, se esse conjunto de regras não for observado. E, nessa medida, eu creio que está sobretudo nas mãos do Governo grego poder concluir estas negociações de forma favorável para todos".



Problema do PS é a sua estratégia

O Primeiro-Ministro afirmou que o PS não acertou na estratégia desde o início, julgando que Portugal falhava as suas "obrigações" e haveria uma "passadeira vermelha" para regressarem ao Governo, independentemente de o líder ser Seguro ou Costa. "O PS não acertou na estratégia que devia seguir desde o início, e isso não tem a ver com a sua liderança, tem a ver com o partido. Não era António José Seguro nem António Costa que fazia a diferença, eram, de facto, todos os senhores deputados e dirigentes do PS que escolheram uma estratégia socialista errada desde o princípio", disse Pedro Passos Coelho.

O chefe do executivo defendeu que os socialistas "apostaram em que Portugal falhasse as suas obrigações para que vislumbrasse a possibilidade de voltar ao Governo". "Hoje que vê que não são 'favas contadas' aquilo que julgava ser o mais natural do mundo, que era uma passadeira vermelha para regressarem ao Governo, agora criticam o Governo pelos bons resultados que o país atinge", argumentou Passos Coelho.



XXVIII Cimeira
Hispano-Lusa

XXVIII Cumbre
Hispano-Portuguesa

28.ª Cimeira Ibérica

Reformas e cooperação

Os chefes de Governo de Portugal e Espanha defendem uma “segunda fase de reformas” no âmbito da União Económica e Monetária (UEM), para “lidar com a herança acumulada da crise, sobretudo ao nível do desemprego e da dívida”. Na declaração conjunta final da 28.ª Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu no dia 22 de Junho, em Baiona, região da Galiza, em Espanha, Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy afirmaram-se “convictos de que as reformas a nível nacional, como as empreendidas em Portugal e Espanha, devem ser completadas com uma ambiciosa agenda de reformas no âmbito da União Económica e Monetária (UEM). “A UEM deve agora entrar numa segunda fase de reformas para ancorar as respostas de emergência dos anos transactos, mas, também, de forma a lidar com a herança acumulada da crise, sobretudo ao nível do desemprego e da dívida. O recrudescimento de movimentos populistas e antieuropeus deve também ser visto como uma advertência para os riscos de fragmentação política na União Europeia”, alertaram.

Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy enfatizam que “foram tomadas medidas importantes”, mas consideram que “ainda resta muito por fazer para completar a UEM” e por isso é “essencial avançar na direcção de um cenário de maior integração a médio e longo prazo”. De acordo com os chefes de Estado ibéricos, em resultado das reformas implementadas e da prudência na área fiscal, em 2014, “foi constatada uma consolidação da recuperação económica” de ambos países, com taxas positivas de crescimento do PIB. “Além disso, as previsões da Comissão Europeia e de outros organismos internacionais para ambas as economias, em 2015, certificam o final da crise”, referem na declaração final.

Os dois governos reiteram “a importância e o compromisso de prosseguir no caminho das reformas como única garantia de crescimento sustentável e equilibrado, da criação de emprego e da prosperidade para os cidadãos de ambos os países”. “O novo Relatório dos Cinco Presidentes deverá, agora, apontar para a conclusão a curto prazo de uma verdadeira união financeira e oferecer uma perspectiva clara e calendarizada dos passos seguintes no sentido do reforço da convergência económica real no seio do Euro, de avançar na criação

de uma capacidade orçamental e da eficiência e da legitimidade da sua arquitectura institucional”, pode ler-se na declaração conjunta.

Portugal e Espanha comprometem-se ainda a continuar a trabalhar para facilitar os fluxos comerciais entre ambos os países e partilham a certeza de que a forma de “superar os problemas económicos consiste no aprofundamento da integração dos países no seio da União Europeia e na ampliação do Mercado Único”.

“Ambos os países destacam a importância e o seu compromisso na negociação de acordos comerciais e de investimento entre a União Europeia e os seus parceiros estratégicos, em particular do TTIP, Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com os Esta-

dos Unidos, e manifestam a sua confiança em que um acordo amplo, ambicioso e profundo beneficiará todas as partes”, defendem ainda.

Governos saúdam aumento de passageiros de comboio

Os governos de Portugal e Espanha congratularam-se pelo aumento do número de passageiros nas ligações ferroviárias entre os dois países, especialmente na ligação Vigo-Porto, e destacaram “progressos” na linha de comboio Madrid-Lisboa. “Os Chefes de Governo tomam nota dos progressos alcançados nas ligações terrestres entre ambos os países, em particular nas ligações ferroviárias pertencentes ao Corredor Atlântico, Madrid-Lisboa e Medina del Campo-Salamanca-Aveiro, assim como na



linha Vigo-Porto, onde ambos os países estão a coordenar as obras de electrificação”, indica a Declaração Conjunta final da 28.ª Cimeira Ibérica, que decorreu hoje em Baiona (Vigo, Espanha).

Em relação ao transporte de passageiros por via férrea, ambos os países congratularam-se pelo “aumento do número de passageiros verificado nas ligações entre os dois países e com França, e especialmente na ligação Vigo-Porto, onde o modelo de exploração conjunta permitiu incluir as três novas paragens comerciais acordadas na última Cimeira sem aumentar o tempo da viagem”.

No transporte por estrada, os dois países também destacaram a assinatura da Convenção para a reabilitação da ponte internacional sobre o rio Guadiana entre Ayamonte e Vila Real de Santo Antonio e o início, em Fevereiro de 2015 em Espanha, das obras de prolongamento da auto-estrada A62 de Fuentes de Oñoro até à fronteira com Portugal. Também realçaram a adjudicação das obras na segunda metade deste ano do troço português da auto-estrada A25 que está pendente entre Vilar Formoso e Guarda.

Com o termo destes dois últimos troços, indicaram os dois governos, “conseguir-se-á a concretização efectiva desta nova ligação transfronteiriça de alta capacidade”.

Portugal e Espanha também acertaram a criação de “grupos de trabalho” com vista ao desenvolvimento de um mercado ibérico para o transporte de mercadorias, destacando que em Outubro de 2014 se constituiu a Comissão Executiva do Corredor Ferroviário Atlântico de Transporte de Mercadorias “que representou uma extensão até à Alemanha do corredor que ligava Portugal, Espanha e França”.

Os dois governos também sublinharam na Cimeira “os grandes avanços verificados na interoperabilidade dos dispositivos de pagamento electrónico de auto-estrada em ambos os países”, afirmando que os dispositivos espanhóis já são interoperáveis em Portugal e que em Junho aumentaram “significativamente” as auto-estradas em Espanha interoperáveis para os dispositivos portugueses.

No sector portuário, acordaram em “colaborar conjuntamente para aproveitar as oportunidades que o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os Estados Unidos pode oferecer a ambos os países”, em particular ao aumento do tráfego portuário, “dada a posição geoestratégica de Portugal e de Espanha para o transporte marítimo internacional”.





Portugal e Espanha querem assinar Tratado Internacional sobre gás

Os governos de Portugal e Espanha comprometem-se a trabalhar para assinar nos próximos meses um Tratado Internacional com vista a uma integração gradual dos mercados de gás de ambos os países. A intenção faz parte da Declaração Conjunta final da 28.ª Cimeira Ibérica que decorreu hoje em Baiona (Vigo, Espanha), na qual os dois países também se “felicitam pelos progressos alcançados em relação à constituição do Mercado Ibérico do Gás”. “Nesse sentido, ambos os países comprometem-se a levar a cabo os trabalhos necessários que possibilitem a assinatura, nos próximos meses, de um Tratado Internacional em que se contemple a integração gradual de ambos os mercados.

Segundo os dois governos, o desenvolvimento do Mercado Ibérico do Gás “aumentará a concorrência no sector e torná-lo-á uma alternativa razoável para o abastecimento de gás natural para a Europa”.

Ainda no sector da energia, Portugal e Espanha reiteram o compromisso de “continuar a trabalhar para aumentar o nível de interconexões energéticas com os restantes países da UE”, no quadro da Declaração de Madrid (março último), e do Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um Grupo de Alto Nível sobre interconexões no sudoeste da Europa, que será assinado em breve pelos ministros da energia.



Por outro lado, Espanha e Portugal reiteram o seu compromisso político em continuar a impulsionar os trabalhos de desenvolvimento da Convenção de Albufeira, com vista a “aprofundar a cooperação transfronteiriça em matéria de bacias hidrológicas partilhadas”.

Assim, os dois governos congratularam-se com a decisão dos Ministros do Ambiente de Espanha e Portugal de realizar, durante o mês de Julho, a terceira Conferência das Partes da Convenção de Albufeira.

Será a terceira Conferência das Partes em 17 anos, tendo a primeira decorrido em 1998 e a segunda em 2008.

No plano das pescas, Portugal e Espanha “ressaltam a importância do Acordo bilateral em matéria de pescas” e reafirmam o seu empenho em “trabalhar em conjunto com os respectivos sectores na criação dos consensos necessários para a realização de um novo acordo em 2016, que permita dar mais garantia e estabilidade”.

Quanto ao turismo, os dois países sublinham que este sector tem sido “um elemento dinamizar da economia e gerador de emprego” e salientam os efeitos benéficos das estratégias de promoção conjunta que têm sido implementadas nos últimos anos, bem como a necessidade de promover produtos turísticos conjuntos, apontando como exemplo “o desenho de uma rota turística cultural transfronteiriça entre Espanha e Portugal”.

“Os dois países acordam também promover os caminhos portugueses do Caminho de Santiago, que tiveram um grande dinamismo em 2014”, refere a declaração final.

Será a terceira Conferência das Partes em 17 anos, tendo a primeira decorrido em 1998 e a segunda em 2008. No plano das pescas, Portugal e Espanha “ressaltam a importância do Acordo bilateral em matéria de pescas” e reafirmam o seu empenho em “trabalhar em conjunto com os respectivos sectores na criação dos consensos necessários para a realização de um novo acordo em 2016, que permita dar mais garantia e estabilidade”.

Novo Tratado na Defesa

O novo Tratado de Defesa assinado entre Portugal e Espanha permitirá aos dois países enfrentarem juntos fenómenos como as migrações no Mediterrâneo e o terrorismo jihadista, frisou o presidente do Governo de Espanha, Mariano Rajoy. “Conscientes destas ameaças e do espaço geográfico que partilham, Espanha e Portugal assinaram hoje um Tratado de Defesa que actualiza o protocolo subscrito em 1998. Este tratado permitir-nos-á enfrentar juntos estes e outros desafios, abrindo vias de diálogo nas nossas políticas de defesa e coordenar posições comuns nas organizações internacionais às quais pertencemos”, disse Mariano Rajoy na conferência de imprensa final da 28.ª Cimeira Ibérica, hoje em Baiona (Vigo, Espanha)

Rajoy considerou que “a crise migratória que se vive no mediterrâneo” é um “assunto de importância capital para o presente e para o futuro” e sublinhou que Espanha e Portugal, como fronteira exterior da UE, “são exemplo

Forças Armadas”.

Fonte oficial do Ministério da Defesa Nacional português explicou que o novo acordo também contempla “uma forte aposta na área da indústria de Defesa”, “a realização de exercícios militares conjuntos” e “acções de cooperação no âmbito da segurança marítima”.

Um dos pontos mais concretos do acordo, segundo o Governo espanhol, é a reciprocidade dos direitos de assistência sanitária dos militares e pessoal civil dos dois países. “Os membros das Forças Armadas e o pessoal civil de qualquer um dos dois Estados, assim como os seus dependentes, quando se encontrem no Estado receptor terão garantida a assistência sanitária nas mesmas condições dos nacionais desse Estado e contarão com os mesmos serviços de correio e telecomunicações dos nacionais desse Estado”, adiantou o governo espanhol.

Ainda sobre os assuntos de segurança e diplomacia, Mariano Rajoy sublinhou que os dois países apelam a uma saída política para a crise na Líbia, instando as partes

para “lidar com a herança acumulada da crise, sobretudo ao nível do desemprego e da dívida”. “Uma vez que os países que estão dentro da zona Euro estão privados de outros instrumentos de política económica e financeira, porque partilham a mesma moeda, se não beneficiarem de um princípio de responsabilidade comum, de responsabilidade europeia, então todos os problemas que possam vir a existir no futuro, bem como o legado que temos hoje do passado, serão resolvidos apenas com um esforço que acaba por resultar em divergência económica dentro da zona euro e não num esforço de convergência”, alertou.

Segundo o Primeiro-Ministro, “essa é a razão pela qual o Governo português tem pugnado para que tenhamos verdadeiramente uma união bancária a funcionar mais depressa do que o que está previsto e com um braço do lado da estabilidade da garantia de depósitos que ainda não existe”.

Passos Coelho sublinhou ainda a importância de haver uma verdadeira união financeira e de “transformar



de integração, solidariedade e cooperação com os países de origem e trânsito dos imigrantes irregulares”.

Por outro lado referiu a ameaça do terrorismo jihadista, um fenómeno que “não conhece fronteiras nem liga a religiões”. “Já o disse antes e vou repetir: esta não é uma guerra de religiões, é uma guerra da civilização contra a barbárie. E todos temos claro qual é o nosso objectivo: a erradicação da barbárie”, disse o presidente do Governo espanhol.

O novo Tratado, que foi aprovado no Conselho de Ministros espanhol de sexta-feira, prevê – segundo a Moncloa – “uma delimitação das áreas da defesa em que se levará a cabo a cooperação mútua”. “Entre outras”, acrescenta a Moncloa, incluem-se as “consultas sobre os novos desafios e perspectivas da Política de Defesa e da Segurança de Cooperação, análise e propostas sobre a realização de acções comuns no quadro de operações humanitárias ou de manutenção da paz” bem como a “gestão, formação, instrução, treino e intercâmbio de pessoal militar e civil do Ministério da Defesa e das suas

a formarem um governo de unidade nacional “que é chave para o futuro do país e para fazer frente ao DAESH (acrónimo árabe do autodenominado Estado Islâmico).

“Responsabilidade nacional é primacial no processo de construção europeia”

O Primeiro-Ministro considera que a Europa não vai resistir a crises futuras “se cada um não fizer aquilo que tem que fazer em sua casa”, sublinhando também a importância do princípio da responsabilidade comum. “Nós não conseguiremos resistir a crises futuras se cada um não fizer aquilo que tem que fazer em sua casa, no seu país. O princípio da responsabilidade nacional é primacial no processo de construção europeia”, declarou Pedro Passos Coelho. A resposta do Primeiro-Ministro surgiu na sequência de uma das ideias que defendeu conjuntamente com Mariano Rajoy, na declaração final da cimeira, tendo sido questionado sobre a “segunda fase de reformas” no âmbito da União Económica e Monetária

em institucional aquilo que por enquanto é apenas um tratado intergovernamental, que é o caso do mecanismo europeu de estabilidade ou mesmo o Tratado Orçamental”. “Sabemos que foi divulgado o projecto com o relatório dos cinco presidentes para o aprofundamento da união económica e monetária. Ainda estamos a analisar o documento. Ele parece de certa maneira, numa leitura rápida que fiz, ficam um pouco aquém daquilo que são as necessidades que estão bem patentes até quando discutimos a situação da Grécia”, afirmou.

Na comitiva da 28.ª Cimeira Luso-Espanhola, seguiram também o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Rui Machete), o ministro da Defesa Nacional (José Pedro Aguiar-Branco), a ministra da Administração Interna (Anabela Rodrigues), o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (Jorge Moreira da Silva), o ministro da Solidariedade Social e do Emprego (Pedro Mota Soares,) e os secretários de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações (Sérgio Monteiro) e do Turismo (Adolfo Mesquita Nunes).

“Bons resultados” da economia contradizem “discurso negativista” da oposição

Marco António Costa considera que os “bons resultados” da economia colocam Portugal ao lado da Irlanda e longe da Grécia e põem em causa o “discurso negativista” da oposição. “Felizmente, hoje Portugal está ao lado da Irlanda nos bons resultados obtidos e, infelizmente, estamos todos muito preocupados e empenhados em encontrar uma solução que possa devolver à Grécia um caminho de esperança - esperança essa que hoje já temos em Portugal”, declarou Marco António Costa, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, segunda-feira.

Nesta conferência de imprensa, o vice-presidente coordenador do PSD congratulou-se com os dados divulgados pelo Banco de Portugal (BdP), destacando “a circunstância de a dívida pública ter estabilizado”, e registou também “com enorme apreço” o crescimento de 1,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre - um dado divulgado a 29 de Maio pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). “Gostávamos de sinalizar, no dia de hoje, estas boas notícias para Portugal, num momento em que toda a Europa está reunida, preocupada em resolver o problema de um outro país, que tal como Portugal há alguns anos atrás necessitou de ajuda externa, tal como a Irlanda”.

O porta-voz do PSD enalteceu também o “crescimento muito significativo ao nível do saldo das contas externas”, referiu que, “até Abril deste ano, a balança corrente registou um saldo negativo de 457,1 milhões de euros” e que “a balança de pagamentos sofreu também um saldo positivo de 634 milhões de euros”.

Com base nestes dados, considerou que a economia portuguesa está “no bom caminho” e que “todo o discurso negativista e o tom extremamente agressivo” da oposição não condiz com a realidade do país. “Por um lado, temos uma oposição negativista, com um discurso agressivo, particularmente agressivo com o primeiro-ministro, e temos do outro lado um comportamento e um desempenho do nosso país, da nossa economia com dados muito positivos”, sustentou.



Segundo Marco António Costa, “os dados económicos que o Banco de Portugal hoje divulga são a prova inequívoca da esperança sustentada de um caminho que estamos a fazer de forma gradual mas segura de recuperação

económica e de recuperação social”.

O porta-voz do PSD assinala ainda “os dados sociais do desemprego, que têm vindo a baixar sustentadamente, e do emprego, que tem vindo a crescer sustentadamente”.

Portugal à Frente nas ruas com a população

Mais de dois mil militantes percorreram no passado sábado, as ruas de todo o país, para defender o trabalho da coligação PSD/CDS-PP ao longo destes quatro anos na governação de Portugal. Os jovens, que foram abordados espontaneamente, afirmaram que acreditavam no trabalho desenvolvido pelo actual Governo e que é necessário que o mesmo continue. Todos os distritos mobilizaram-se para esta iniciativa, que se prolonga até ao próximo Domingo, 28 de Junho.



Gestão camarária em Lisboa é ineficiente



Quatro vereadores do PSD e do CDS-PP acusaram o secretário-geral do PS, António Costa, de ter um discurso contraditório com a sua gestão camarária. Numa conferência de imprensa realizada na sede nacional do PSD, em Lisboa, dia 18, António Costa foi acusado de, como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que deixou em Abril, ter recorrido desnecessariamente a assessorias privadas, ao contrário do que promete fazer se for Primeiro-Ministro.

PSD e CDS-PP criticaram também a recusa da actual

gestão da Câmara de Lisboa, na quarta-feira, de suspender a taxa de protecção civil, associando-a a uma política de “cofres cheios” oposta à do discurso nacional do PS. Além disso, voltaram a contestar o valor de redução da dívida camarária reclamado por António Costa.

Participaram nesta conferência de imprensa a vice-presidente do PSD e deputada Teresa Leal Coelho, também vereadora da Câmara de Lisboa, que não usou da palavra, e os vereadores Fernando Seara e António Prôa, do PSD, e João Gonçalves Pereira, do CDS-PP.

A intervenção inicial coube a Fernando Seara, que afirmou estar a cumprir a promessa eleitoral de ficar “com os dois pés em Lisboa”. Depois, alegou que António Costa, “ao primeiro momento, saiu”, sem ter dito durante a campanha “que poderia sair, em que circunstâncias poderia sair”, e acrescentou que o actual presidente da Câmara, Fernando Medina, “não foi legitimado popularmente”.

No que respeita ao recurso do Estado a serviços privados, João Gonçalves Pereira questionou a redução agora prometida pelo secretário-geral do PS, referindo que a verba inscrita no orçamento da Câmara de Lisboa para consultorias externas e ‘outsourcing’ é “qualquer coisa como 2,2 milhões”.

Segundo o vereador do CDS-PP, foi desnecessário o recurso a privados para um estudo externo sobre museus “que custou qualquer coisa como 19 mil euros”, para os planos de pormenor - “cada um custa em média 100 mil euros” - e também para os estudos de urbanismo, os estatutos da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) ou um contrato recente de refeições escolares. A Câmara tem “um departamento jurídico com cerca de 200 pessoas”, assinalou. “Vim encontrar em Lisboa uma multiplicação de assessorias privadas que necessariamente poderiam não existir”, disse o ex-presidente da Câmara Municipal de Sintra. “Vejo uma multiplicação de pareceres jurídicos”, acrescentou.

Por sua vez, António Prôa expôs mais uma vez as contas da vereação do PSD quanto à evolução da dívida municipal e mencionou que a reabilitação urbana executada nos últimos sete anos foi “um terço” do que estava orçamentado. O vereador do PSD sustentou que “hoje o município é menos eficiente, consome mais recursos com o seu funcionamento do que consumia quando o doutor António Costa pegou na Câmara”, e declarou temer que o secretário-geral do PS, “tal como não arrumou a casa em Lisboa, desarrume a casa no país”.

Miguel Pinto Luz reeleito presidente da Distrital de Lisboa do PSD

Miguel Pinto Luz foi reeleito presidente da Distrital de Lisboa do PSD, numa votação que decorreu no sábado à noite e que contou com uma única lista que alcançou perto de 91 por cento dos votos. A informação foi transmitida pelo próprio candidato, que destacou ter vencido em 10 concelhos do distrito, “os principais”, com um total de 2.575 votos. Os restantes votos foram brancos (190, o equivalente a 7 por cento) e nulos (74, correspondente a 2 por cento).

Para Miguel Pinto Luz, esta reeleição demonstra que “Lisboa está unida à volta de um projecto que é a reeleição de Pedro Passos Coelho” nas eleições legislativas, apontadas para os meses de Setembro ou Outubro. “É com enorme responsabilidade que agora abraço este mandato”, cujo próximo passo é “ir para o terreno, para a batalha eleitoral, porque o PSD não pode abandonar os portugueses neste momento”, salientou o também vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais.

No sábado, realizaram-se ainda as eleições para a Secção de Lisboa do PSD, em que também se verificou a reeleição de Mauro Xavier, com 86 por cento (623) dos votos. A outra lista, encabeçada por Luís Metelo, contou com 12 por cento (87) dos votos e o restante 2 por cento (14) foram votos nulos e brancos.

Em declarações à Lusa, Mauro Xavier considerou que este é “um voto de confiança de todos os militantes da secção de Lisboa e um sinal de união do partido”. “Sinto-me perfeitamente legitimado, com a minha equipa, para entrar agora em três importantes momentos eleitorais: nas legislativas para o apoiar o Primeiro-Ministro, participarmos também activamente na eleição de um candidato a presidente de centro-direita e depois recuperar a Câmara de Lisboa para o PSD” nas eleições autárquicas de 2017, sustentou.



O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, também exerceu o seu direito de voto na eleição dos novos órgãos da distrital social-democrata de Lisboa, que decorreu num hotel da capital.

Europa tudo fará para proteger o euro

A ministra das Finanças afirmou que a Europa não pode ser posta em causa por um país entre 28, numa referência à Grécia, e que é “preciso fazer mais” para levar o “barco a bom porto”. “Não é um momento bom, não é um momento fácil, ninguém deseja um desfecho difícil, mas a Europa, enquanto tal, não pode ser posta em causa por um país entre os 28, os outros 27 continuam empenhados, aliás eu acredito que continuamos os 28, mas é preciso fazer mais para conseguir levar o barco a bom porto”, disse Maria Luís Albuquerque durante o debate “Lições de Política num Futuro de Oportunidades”, em Matosinhos, Porto, dia 17.

Maria Luís Albuquerque frisou que a solução da crise na Grécia é “muito difícil” e exige, em primeiro lugar, que o Governo do primeiro-ministro Alexis Tsipras reconheça que os outros países vivem numa democracia “tão legítima” como a grega, sendo necessário respeito mútuo para que seja encontrada a solução procurada. “O facto de haver uma ameaça ao projecto euro, não significa que vamos acreditar que a Europa está ameaçada em termos existenciais”, vincou.

A governante portuguesa considerou que a ameaça que resulta da crise grega, que “objectivamente é muito preocupante”, levou a uma reacção unânime de defesa do euro, que é património comum, mas que não pode ser entendida como uma “reacção hostil à Grécia”.

“Os países estão a reagir àquilo que põe em causa e ameaça a nossa moeda comum [euro] e essa reacção conjunta deve dar-nos esperança”, salientou.

Além disso, Maria Luís Albuquerque sustentou que os países estão dispostos a fazer “o que é necessário” para proteger aquilo que em comum valorizam, ou seja, o euro.

A ministra das Finanças frisou que a Europa revela o seu “melhor” quando é confrontada com grandes desafios e a existência de ameaças leva-a a valorizar aquilo que é importante.

“Para gerir o que quer que seja que aí vem, pelas razões conhecidas, o optimismo tem de começar a diminuir, forçosamente”, disse.



Ministra das Finanças: “Não vale a pena prometer o que não se pode cumprir”

A ministra das Finanças sublinhou, terça-feira, que “o pedregulho” que Portugal tem às costas é “bem mais pesado do que antes” e que vai demorar a resolver, porque o país tem muita dívida pública, privada e externa. “O pedregulho que temos às costas é bem mais pesado do que antes e vai demorar muito tempo a resolver, porque temos muita dívida pública, privada e externa, mas para começar a pesar menos é importante que não se perca o caminho já percorrido, porque começar outra vez seria mais difícil e as consequências muito mais dramáticas”, afirmou Maria Luís Albuquerque, no referido debate.

Segundo a governante, o que se passou “já não existe, e mesmo que existisse, os portugueses não o queriam, porque foi o que levou o país aos sacrifícios enormes que teve de fazer”.

Em Portugal, não há capital suficiente para a necessidade de capital que existe, por isso, tem de fazer um percurso sempre com uma “pedra muito grande às costas”, mas ter conseguido pegar na pedra e andar em frente “não é pouca coisa”, declarou a ministra. “Dizer às pessoas, de frente, que a pedra não vai desaparecer e que vai demorar tempo até que comece a pesar muito menos é uma forma honesta de colocar a questão, situação que acredito que os portugueses percebem”, salientou.

Em sua opinião, “não vale a pena prometer o que não se pode cumprir, porque as pessoas já não acreditam”. Na sua intervenção, Maria Luís Albuquerque afirmou que Portugal, no seu conjunto, não fez pouco e que os resultados estão a aparecer, havendo perspectivas de um futuro melhor.

Para Maria Luís Albuquerque, “a maior esperança que o país pode ter é que a terceira vez sob um programa de ajustamento financeiro tenha sido a última, mas para isso é importante continuar o caminho traçado até agora”. “Aprendemos e não vamos repetir os erros do passado. O último programa de ajustamento financeiro foi o mais difícil e, não é por acaso, que temos menos instrumentos para fazer face a crises desta natureza”, concluiu.

Portugal com limites de poluentes do ar mais ambiciosos



O ministro do Ambiente anunciou que as metas de Portugal para a redução de poluentes são mais ambiciosas do que na União Europeia, respondendo assim ao pedido da associação ambientalista Quercus para traçar compromissos mais exigentes nesta área. “Estou inteiramente de acordo [com a Quercus], disse Jorge Moreira da Silva à agência Lusa, em Mafra, recordando que “o Governo não esperou pelas directivas comunitárias” e traçou “metas mais ambiciosas para a qualidade do ar”, assumidas no “Compromisso para o Crescimento Verde, subscrito por 82 organizações. O governante falava à margem da inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Carvoeira, no concelho de Mafra, distrito de Lisboa.

O ministro do Ambiente e Energia afirmou também que os investimentos da economia verde contribuíram para o aumento da taxa de emprego em Portugal e na União Europeia, reagindo assim aos dados do Eurostat

hoje divulgados. “No momento em que o desemprego em Portugal aumentava, atingindo mesmo os 18 por cento, na área verde, não só o desemprego não aumentou, como também o emprego aumentou mais de 5 por cento, o que demonstra bem a capacidade a capacidade para a criação de novo emprego”, afirmou à agência Lusa Jorge Moreira da Silva, à margem da inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Carvoeira, no concelho de Mafra.

Para o ministro, os dados recém-divulgados demonstram que Portugal está na “trajectória de recuperação da economia, do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e de diminuição do desemprego e isso também acontece na área verde”. Jorge Moreira da Silva sublinhou que a economia verde tem colocado Portugal na corrida internacional e na atracção de investimentos, o que tem vindo a contribuir para a criação de postos de trabalho.

A taxa de emprego aumentou 0,8 por cento na zona

euro e 1,1 por cento na União Europeia (UE) no primeiro trimestre do ano, face ao mesmo período de 2014, divulga o Eurostat.

Portugal registou a quarta maior subida da taxa de emprego (0,7 por cento) na comparação em cadeia [de trimestre para trimestre], a par da República Checa, Irlanda, e Reino Unido, tendo a Letónia e Hungria (1,5 por cento cada), a Estónia (0,9 por cento) e a Espanha (0,8 por cento) conhecido os maiores aumentos no primeiro trimestre de 2015.

Em Portugal, a taxa de emprego aumentou 1,4 por cento no primeiro trimestre de 2015 face ao mesmo período de 2014. Segundo as estimativas do Eurostat, 228,1 milhões de homens e mulheres tinham emprego na UE entre Janeiro e Março, 150,3 milhões dos quais na zona euros, números corrigidos das variações sazonais.

A taxa de emprego corresponde ao número de pessoas empregadas em percentagem da população do mesmo grupo etário.

Portugal vai poupar 92 milhões por ano com reforma do sector da água

O ministro do Ambiente afirmou igualmente que Portugal vai poupar 92 milhões por ano e 4.100 milhões até 20145 com a reestruturação do sector da água, através da fusão de empresas. “Estamos a falar de 92 milhões de euros anuais de poupanças nos custos operacionais até 2045. No total, os municípios pouparão 4100 milhões de euros nas tarifas que lhes são cobradas, afirmou Jorge Moreira da Silva, à margem da inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Carvoeira, no concelho de Mafra, distrito de Lisboa.

O governante adiantou que, após a fusão das 19 empresas multimunicipais, as cinco novas empresas, a principal medida do processo de reestruturação do sector, vão ser constituídas no dia 30, entrando as novas administrações em funções logo no dia 1 de Julho.

O ministro do Ambiente disse que a fusão vai permitir uma redução em 2/3 dos órgãos sociais das empresas e diminuir em 55 por cento os cargos de chefia e de direcção, num processo de reorganização do grupo Águas de Portugal, que deverá estar concluído até ao final do ano. Além da poupança nos custos de funcionamento, a reforma vai permitir reduções nos tarifários da rede em alta, cobrados aos municípios.

Moreira da Silva explicou que “a tarifa da água será inferior em 10% e no saneamento inferior 16 por cento em relação ao que estava previsto”, acrescentando que os próximos cinco anos vão ser de ajuste para se atingir um tarifário único no país. “Vai originar um agravamento muito moderado em alguns concelhos do litoral. Estamos a falar da Grande Lisboa, com agravamentos de 0,20 euros no consumo médio de 10 metros cúbicos, o que, ao fim de cinco anos, significa um euro para os municípios e uma redução de três euros em municípios do interior”, esclareceu.

Jorge Moreira da Silva explicou que a reforma do sector da água era essencial para a sua sustentabilidade financeira, numa altura em que as dívidas dos municípios são de cerca de 400 milhões de euros, e para garantir investimentos necessários, estimados em 634 milhões de euros, sobretudo nas redes municipais, em baixa.

Para o efeito, anunciou que Portugal vai poder beneficiar de 3700 milhões de euros em fundos comunitários. A ETAR da Foz do Lizandro, na Carvoeira, representa um investimento de 5,5 milhões de euros do grupo Águas de Portugal, através da empresa multimunicipal SIMTEJO. Localizada a 1,5 quilómetros da foz do Rio Lizandro, vai tratar águas residuais de 28 mil habitantes das freguesias da Carvoeira e parte de Igreja Nova, Mafra e Ericeira, contribuindo para a melhoria das águas balneares, sobretudo das praias da Foz do Lizandro e de São Julião, bem como deste troço do rio. A ETAR faz parte do subsistema da Foz do Lizandro, que integra ainda quatro estações elevatórias e 16 quilómetros de emissários. O investimento total neste subsistema é de 25 milhões de euros, dos quais seis milhões vão ser ainda gastos até 2018.

Agenda de segurança mais focada no Mediterrâneo

O ministro da Defesa considera “determinante” que a União Europeia tenha uma política de segurança marítima “mais consistente e focalizada” no mediterrâneo, pelo que Portugal vai defender isso mesmo, juntamente com Espanha, no próximo Conselho Europeu. “Agora vemos que a ameaça a Sul é também prioritária. Nós temos trabalhado no seio da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte, OTAN na sigla em inglês), no sentido de que todas as medidas de prontidão tenham também capacidade de resposta para as ameaças que venham do Sul - isso foi reconhecido e aceite nas conclusões da própria cimeira de Gales. Na União Europeia há consciência de que, na estratégia de segurança marítima, a fronteira Sul é prioritária”, declarou José Pedro Aguiar-Branco, em Madrid.

O ministro da Defesa, que na capital espanhola participou num seminário sobre cooperação entre Portugal e Espanha em matéria de defesa e segurança, acrescentou que os dois países já alertaram o Conselho Europeu para a necessidade de reforçar essa política num ‘non-paper’ (um documento oficial, mas que em termos diplomáticos tem a hierarquia mais baixa).

“O ‘non-paper’ que Portugal fez com a Espanha para o Conselho Europeu tem como tema principal essa visão da segurança marítima a nível europeu, que é uma realidade estratégica determinante. [...] Uma estratégia de segurança marítima europeia mais consistente e focalizada a sul é determinante e o ‘non-paper’ visa reforçar precisamente essa visão”, disse Aguiar-Branco.

Sobre se os países do norte da Europa estão mais preocupados com a situação da fronteira leste, nomeadamente na Ucrânia, do que com a Vizinhança Sul (migrações no Mediterrâneo), o ministro português desvalorizou, respondendo que ambas são consideradas “prioritárias”.

“As ameaças a Leste e a Sul são consideradas prioritárias. Nós compreendemos e temos missões de portugueses - não propriamente no âmbito da União Europeia, mas no âmbito da Nato - fazemos parte das missões de vigilância do espaço aéreo na zona do Báltico



e também temos uma força no terreno na Lituânia. Isso significa que entendemos a protecção e a vigilância nas fronteiras a Leste, no espírito da Cimeira [da NATO] de Gales, em igualdade de prioridades com o flanco Sul”, disse Aguiar-Branco.

No entanto, o ministro recordou que “essa foi a primeira ameaça, a prioritária há uns anos atrás” e que agora chegou o momento de dar o mesmo peso à fronteira Sul.

Já antes, no seminário “Relançar a cooperação hispano-portuguesa em Segurança e Defesa”, organizado pelo

Real Instituto Elcano e pelo European Council on Foreign Relations, o ministro da Defesa espanhol, Pedro Morenés, lamentou que “a Europa não consiga encontrar o caminho rumo a uma política de Defesa e Segurança comum”. Morenés falou em “desequilíbrios” tornam a Europa “mais débil” face à ameaça do terrorismo. A verdadeira ameaça, recordou Morenés, chama-se terrorismo internacional, numa referência ao autodenominado Estado Islâmico, e sublinhou que Portugal e Espanha, unidos, podem ganhar “peso” político na Europa relativamente a estas questões.



Agentes de execução são “essenciais” no novo processo administrativo

A ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, afirmou que os agentes de execução vão continuar a ser “essenciais” no novo processo administrativo, cuja cobrança de dívida se irá assemelhar às do processo civil. Paula Teixeira da Cruz, que falava na abertura das Jornadas de Estudo dos Agentes de Execução 2015, adiantou que “o futuro código do processo dos tribunais administrativos terá uma matriz muito semelhante à matriz do código do processo civil”. “A minha matriz sempre foi a aproximação de regimes e não a pluralidade de regimes que não tem razão de ser”, acrescentou a ministra, recebendo uma ovação do público presente.

Paula Teixeira da Cruz esclareceu que aquilo que os agentes de execução fazem actualmente no processo civil, onde os resultados têm sido “excelentes”, vão também fazê-lo no processo administrativo. “Sobretudo serão ganhos para o cidadão, porque a celeridade com que hoje um cidadão pode cobrar uma dívida que tenha é muito diferente da que existia. Não estará vários anos à espera e não emoldurará uma sentença que não conseguiu cumprir”, disse.

A ministra adiantou ainda que o Leilão Electrónico, ferramenta que vai permitir dispensar os tribunais da diligência da abertura de propostas em carta fechada, permitindo a toda a sociedade participar na venda dos bens, deverá estar operacional dentro de um mês. “Num leilão o processo é muito mais transparente. Não há cá cartas fechadas, nem conluios, nem nada e dessa forma faz com que, com essa transparência, todos ganhem”, frisou.

Sobre os números em média apontados às dívidas incobráveis, de cerca de 600 milhões de euros, Paula Teixeira da Cruz considerou que não devem ser vistos de forma simplista e “com tanta frieza”. “Num momento, as pessoas podem não conseguir pagar e noutro já podem. Temos de olhar para as questões com humanidade e a Câmara dos Solicitadores tem sido muito sensível a isso. A humilhação que se assistia anteriormente já não se vê e a Câmara dos Solicitadores adquiriu práticas de sensibilização e não intrusão. Isso é uma mudança de cultura”, sustentou.

Em declarações aos jornalistas, o presidente da Câmara dos Solicitadores, José Resende, considerou que o papel dos agentes de execução no novo processo administrativo servirá para “uma maior eficácia e rapidez, sobretudo quando os meios na maioria dos tribunais não tem capacidade de resposta”. O responsável adiantou que actualmente existem 1.200 agentes de execução e que o número de processos pendentes diminuiu quase 40 por cento nos últimos três anos.



753 professores entram para os quadros

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) revelou que 753 professores foram vinculados ao abrigo da norma-travão e que mais de 10 mil docentes conseguiram mudar de escola, agrupamento ou área geográfica ao abrigo do concurso de mobilidade. Num encontro com jornalistas, dia 19, em Lisboa, o secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida, revelou que das 1.471 vagas disponíveis para entrada nos quadros, 753 foram entregues a docentes que concorreram ao abrigo da norma-travão, a 1.ª prioridade para vinculação neste concurso.

A norma-travão foi instituída pelo MEC para os concursos de professores, em resposta a uma directiva comunitária relativa ao recurso abusivo das renovações de contratos a termo, e determina que todos os docentes com cinco contratos anuais completos e sucessivos tenham garantida a entrada automática no quadro, por se considerar que dão resposta a necessidades permanentes do sistema. As restantes vagas foram preenchidas por 718 professores que concorreram nas prioridades seguintes, sendo a contagem do tempo de serviço o critério mais relevante para a colocação depois de garantida a entrada de todos os docentes abrangidos pela norma-travão. Inicialmente tinham sido abertas 1.453 vagas para o concurso externo (de vinculação aos quadros), mas “em resultado do provimento de recursos hierárquicos” foram criadas 18 vagas adicionais, perfazendo as 1.471 preenchidas neste concurso.

O secretário de Estado adiantou ainda que 10.359 professores conseguiram mudar a sua vinculação para outra escola ou agrupamento, ou quadro de zona pedagógica (QZP) – área geográfica alargada de vinculação – no concurso interno, que abriu 4.552 vagas e recebeu candidaturas válidas de 32.914 candidatos, ou seja, apenas cerca de um terço dos candidatos conseguiu um lugar através deste concurso.

O concurso interno permite a mobilidade de docentes que já pertencem aos quadros do ministério, e que podem estar interessados em mudar de escola, agrupamento ou QZP por exemplo, pretenderem ficar colocados mais próximos da sua residência, ou por questões de saúde. Por cada vaga preenchida no concurso interno há pelo menos dois movimentos de mobilidade envolvendo dois docentes, daí o número de colocações ser bastante superior ao número de vagas abertas.

Das 1.471 vagas preenchidas no concurso externo 37 dizem respeito ao grupo de recrutamento para os professores de inglês do 1.º ciclo (grupo 120), que entram em funções já em Setembro, quando arranca o ensino de inglês para o 3.º ano de escolaridade. Para este grupo de recrutamento, para o qual o MEC criou 93 vagas, 56 vagas de vinculação ficaram por preencher. As 37 vagas ocupadas não serão suficientes para dar resposta às necessidades do inglês do 1.º ciclo, cabendo agora os directores escolares lançar os horários sem docentes colocados e para os quais os professores poderão ainda concorrer.

Conselho de Ministros de 18 de Junho de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020.

Esta versão final integra a aprovação de uma Declaração Ambiental proposta pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que conduziu a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), incluindo uma fase de consulta pública.

Da Declaração Ambiental hoje aprovada destaca-se a recomendação de incorporação, nas metas do PETI3+ para 2020, de objectivos de redução de emissões de CO₂ em -247kT, redução de emissões de NO_x em -0,32kT e redução de emissões de partículas em -0,031kT.

O PETI3+ estabelece um conjunto de projectos prioritários de transportes e infra-estruturas que totalizam 6.067 milhões de euros de investimento, concretizando a implementação progressiva das Redes Transeuropeias de Transportes, com especial enfoque nos sectores ferroviário e marítimo-portuário, críticos para o aumento da competitividade das exportações portuguesas para a Europa e resto do mundo, mobilizando para o efeito fontes de financiamento públicas, comunitárias e privadas.

O PETI3+ estabelece, ainda, a continuação das reformas estruturais a empreender neste sector, por forma a aumentar a sua competitividade, sustentabilidade e concorrência, bem como a criação de valor para a economia nacional.

2. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que institui no território nacional o novo Sistema de Seguros Agrícolas (SSA).

Este sistema caracteriza-se pela atribuição de apoios à contratação de seguros agrícolas, possibilitando o recurso a financiamento da União Europeia, traduzindo assim uma redução de despesa do orçamento nacional, tornando-o mais atractivo quer para os agricultores, quer para as seguradoras.

É contemplado um leque mais alargado de eventualidades cobertas, abrangendo os seguros de colheitas, de animais e de plantas, o seguro vitícola de colheitas e o seguro de colheitas de frutas e produtos hortícolas no âmbito dos fundos agrícolas europeus.

3. O Conselho de Ministros determinou a elaboração do Plano Estratégico Cultural da Área de Belém, zona de Lisboa que concentra um vasto conjunto de equipamentos culturais, museus e monumentos, bem como jardins.

A elevada qualidade e a diversidade dos activos culturais que se concentram na área de Belém, conjugados com a beleza natural da foz do rio Tejo, e com o facto de se tratar de um destino privilegiado de visitantes nacionais e estrangeiros, apresenta um potencial de crescimento que importa mobilizar para a criação sustentada de riqueza e de emprego.

A concepção e a implementação de uma estratégia cultural integrada de desenvolvimento da área de Belém envolverá as diferentes entidades responsáveis pelos museus, jardins, monumentos e equipamentos culturais, e é confiada a uma estrutura de missão, com o objectivo de assegurar a utilização eficiente de recursos.

Esta estrutura de missão fica na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, designada por Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém, que tem por missão coordenar a elaboração do Plano Estratégico Cultural da Área de Belém e promover a respectiva implementação.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que estabelece as medidas nacionais de conservação dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição portuguesas, bem como do diploma que estabelece os requisitos e condições para a instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e ainda as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças.

São revistas as normas relativas aos requisitos e características técnicas das embarcações, bem como as normas referentes à marcação e sinalização de artes de pesca, adaptando-as à regulamentação da União Europeia, sem prejuízo de regras específicas para a pesca no mar territorial, águas interiores marítimas e águas interiores não-marítimas.

No caso da pesca com arte xávega, são ainda aprovadas medidas relacionadas com o comprimento das embarcações e a potência do motor, de modo a permitir-lhes operar com maior segurança em zonas de navegação adversa.

5. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

As alterações agora introduzidas resultam da experiência adquirida ao longo de seis anos no decurso da actividade desenvolvida pela entidade nacional e pelas entidades regionais da RAN, a elaboração de novas cartas da RAN no âmbito dos planos directores municipais de segunda geração, bem como a própria evolução procedimental e normativa em sede de ordenamento do território.

Em matéria de acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito da formação de planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, procede-se a uma simplificação procedimental quando ocorre a consulta da entidade nacional da RAN.

6. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas para estabelecer em Guimarães uma Unidade Operacional de Governação Electrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas.

É também aprovado o modelo de governação e funcionamento desta unidade.

O estabelecimento desta Unidade Operacional assume grande relevância, na medida em que contribui para promover o posicionamento de Portugal na vanguarda da transformação dos mecanismos de governação e da capacitação eficaz de governação através de aplicações estratégicas de tecnologias de informação e comunicação.

A Unidade Operacional localizar-se-á na Universidade do Minho, instituição com larga experiência nestas áreas.

7. O Conselho de Ministros alterou o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, no quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho (Directiva-Quadro Estratégia Marinha).

Esta alteração visa reforçar o acompanhamento da aplicação das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho, desenvolvendo os instrumentos para esse acompanhamento.

8. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva de execução da União Europeia, relativa às regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção de navios, na sequência da adopção pela Organização Marítima Internacional de determinados códigos e de emendas a convenções e protocolos.

9. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que assegura a execução e garante o cumprimento de um Regulamento da União Europeia relativo ao controlo de salmónelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar.

10. O Conselho de Ministros aprovou alterações ao diploma que transpôs as directivas da União Europeia relativas ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas e à comercialização de sementes de produtos hortícolas, na parte respeitante ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Hortícolas, dando cumprimento a uma nova directiva de execução.

11. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração da orgânica da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, da orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da orgânica da Direcção-Geral do Território.

Estas alterações têm como objectivo a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração directa integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE), a qual passa a ser assegurada pela Secretaria-Geral do MAOTE.

12. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém, E.P.E..

É assegurada a continuidade de funções dos atuais quatro membros do referido conselho de administração e designado um novo membro em cargo não provido no anterior mandato.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

PS deu “uma cambalhota total” sobre a venda da TAP

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, desafiou hoje o PS a esclarecer se mantém a previsão de que uma eventual saída da Grécia do euro implicaria um “contágio absoluto” a Portugal e consequências no desemprego, défice e dívida. “Sabemos que no cenário macroeconómico do PS, mais concretamente nas páginas 25 e 26 do desse documento, “Uma década para Portugal”, se perspectiva uma situação de contágio absoluto de um cenário desses [saída do euro] na Grécia a Portugal e que o PS assume que será inevitável que se isso acontecer à Grécia vai também acontecer a Portugal”, afirmou Montenegro.

Dirigindo-se à bancada do PS, o social-democrata questionou aos socialistas, já não qual a sua posição quanto à perspectiva política Grécia, mas sim sobre uma eventual saída da Grécia da Zona Euro. “Sabemos que no cenário macroeconómico do PS se perspectiva uma situação de contágio absoluto a Portugal. E o PS assume que se isso acontece à Grécia, também irá acontecer a Portugal. E diz que isso teria muitas consequências: o crescimento económico não poderia ter a média de 2,6 por cento, haveria um aumento do desemprego, haveria um aumento do défice e da dívida e até a circunstância do PS não poder cumprir a promessa de repor o nível salarial da administração pública no prazo estipulado. E por isso pergunto ao PS se quer continuar em contradição com aquilo que foi a história dos últimos anos. É importante que os portugueses possam saber, porque esta é também a forma de podermos distinguir um percurso prudente e seguro de um percurso de mais facilitismo e aventureirismo”.

“Pergunto ao PS de forma directa se quer continuar em contradição com a história dos últimos anos? A história que, dada a prudência e a forma responsável como o Governo implementou as suas políticas dá segurança para um eventual contexto de instabilidade ou se o PS está mesmo convencido que, consigo até no Governo, terá esta consequência?”, questionou.

“Mas a verdade é que, fruto do caminho que percorremos nos últimos anos, hoje estamos preparados para poder enfrentar uma eventual situação de instabilidade”, lembrou.

De seguida, o presidente do grupo parlamentar do PSD centrou a sua intervenção no processo de privatização da TAP. O presidente da bancada do PSD acusou ainda o PS de ter dado “uma cambalhota total” sobre a venda da TAP, defendendo que os socialistas são “os pais da privatização” da companhia. Refere Luís Montenegro que o PS deu “uma cambalhota total”. “Os pais da privatização da TAP, os socialistas, hoje discordam da opção de privatização e tratam esta matéria com muita ligeireza. Chegam ao cúmulo de dizer que o valor que envolve esta operação é o equivalente ao da transferência de um treinador de futebol. Querendo dizer que o valor desta operação são 10 milhões de euros. Ignorando que dentro do valor desta operação



se inscrevem entre 350 a 400 milhões de euros de investimento na TAP. Ignorando que os mais de mil milhões de dívida da TAP são da responsabilidade dos accionistas da TAP. Insinuam que o processo foi feito com secretismo e ignoram que o Tribunal de Contas já disse que tudo tem sido feito com transparência como o Governo tem fornecido toda a informação”. Ainda sobre a TAP, lamentou a chantagem feita pelo PS e sublinhou que esta é uma postura que não credibiliza o PS e que prejudica a sua afirmação.”

Para Luís Montenegro, a resposta a estas questões “é também a forma de podermos distinguir um percurso prudente, seguro, de um percurso de mais facilitismo e aventureirismo”. “É verdade que, fruto do caminho que percorremos nos últimos anos, hoje estamos preparados para enfrentar uma eventual situação de instabilidade, com a tranquilidade e a segurança que aqui, mais uma vez, o senhor Primeiro-Ministro, expressou”.

PSD assinala crescimento do emprego



O PSD assinalou o crescimento da taxa de emprego em Portugal e criticou a “timidez” e o “silêncio” dos partidos da oposição perante esse e outros dados da evolução da economia, que considerou serem “resultados excelentes”. “Os números anunciados pelo Eurostat relativos à criação de emprego são números muito bons para Portugal. Nós crescemos no primeiro trimestre de 2015, quando comparando com o primeiro trimestre de 2014, 1,4 por cento no nosso emprego. É, de facto, uma boa notícia, que se associa a outras boas notícias que têm saído”, referiu o deputado Adão Silva.

De acordo com o deputado, “Portugal está, de facto, no bom caminho”, e por é de “estranhar a timidez e o silêncio da parte dos partidos da oposição que, perante estas boas notícias para os portugueses, permanecem mudos e quedos”. “Queremos aqui realçar esta notícia tornada pública no que tem a ver com o emprego, porque sobretudo nos compara com os outros países da zona euro, onde se registou apenas um crescimento de 0,8 por cento, quase metade do que se registou em Portugal”, destacou.

Assegurando que o PSD analisa a evolução da economia “sem euforia e com todo o realismo”, Adão Silva referiu que Portugal está a crescer “largamente acima da zona euro”, que o desemprego está “a cair” e apontou também “o crescimento das contribuições para a Segurança Social, que está a crescer acima mesmo daquilo que tinha sido esperado pelo Governo”.

União de deputados para reformar a autonomia açoriana



O presidente do PSD/Açores propõe que todos os deputados eleitos pela região, seja qual for o seu partido, apresentem na Assembleia da República uma iniciativa conjunta para a reforma do sistema político autonómico. “Os nossos deputados estarão 100 por cento disponíveis para trabalhar com os outros deputados dos Açores, por forma a apresentarmos uma proposta conjunta de aprofundamento e aperfeiçoamento da autonomia política na Constituição da República Portuguesa”, disse Duarte Freitas, que lembrou que enviou recentemente uma carta ao presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro, a propor conversações sobre este assunto. Duarte Freitas acrescentou que quer também, “no futuro”, uma “causa autonómica” na Assembleia da República, que junte “os esforços” dos deputados eleitos pelas duas regiões autónomas (Açores e Madeira).

O presidente do PSD/Açores falava em Ponta Delgada, na apresentação da lista de candidatos do PSD à Assembleia da República pelo arquipélago nas legislativas deste ano, que é encabeçada pela secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral.

Duarte Freitas garantiu que todos os elementos da lista “se comprometem a cumprir o seu mandato a 100 por cento durante a legislatura” e estão “totalmente comprometidos com os Açores”, destacando ainda que são mais mulheres do que homens e que é uma “lista totalmente renovada”.

Sublinhando que apenas 18 por cento dos açorianos conhecem os deputados eleitos pelos Açores, disse que haverá uma “mudança de paradigma”, na próxima legislatura, no relacionamento “entre eleitos e eleitores” sendo “a proximidade a palavra de ordem”.

Duarte Freitas destacou que, porém, estas eleições “não são apenas para escolher aqueles que melhor podem defender os Açores”. “São também para escolher aqueles que melhor podem defender Portugal”, afirmou, dizendo que o actual Governo PSD/CDS retirou Portugal da bancarrota provocada pelos socialistas.

Duarte Freitas reiterou também que se deve ao Governo da República e à influência do PSD/Açores a baixa de impostos na região este ano e a entrada das companhias aéreas de baixo custo no arquipélago.

Berta Cabral: PSD/Açores apresenta-se às eleições legislativas de “cabeça erguida”

Por sua vez, a cabeça de lista social-democrata pelos Açores nas eleições legislativas deste ano, Berta Cabral, declarou que o PSD/Açores se apresenta às eleições “de cabeça erguida” e prometeu defender a região no Parlamento, “em qualquer circunstância”. Berta Cabral garantiu que os que forem eleitos defenderão a região “em qualquer circunstância” e deixou diversos elogios ao actual presidente do PSD açoriano, a quem apelidou de “líder coerente, determinado e corajoso”. “Com este presidente, Duarte Freitas, e com estes candidatos, o PSD/Açores apresenta-se aos açorianos de cabeça erguida e de mangas arregaçadas”, afirmou Berta Cabral, que fez questão de vincar que todos os elementos da lista se candidatam pela primeira vez à Assembleia da República.

Pela primeira vez, o ex-presidente do Governo Regional dos Açores Mota Amaral não integra a lista do PSD dos

Açores, contra a vontade do próprio. Na intervenção de hoje, Berta Cabral considerou as eleições deste ano “ainda mais determinantes”, por estar “em causa a defesa dos interesses açorianos na Assembleia da República”, mas também, “porventura mais do que nunca, a salvaguarda do interesse nacional”.

“É preciso conseguir que a autonomia constitucional ande para a frente. É preciso garantir que a recuperação nacional não volte para trás”, afirmou, num discurso em que venceu que “a maioria PSD/CDS salvou Portugal” da “situação desesperada de verdadeira emergência nacional” a que “a governação socialista de José Sócrates e António Costa” conduziu o país.

Berta Cabral, que já liderou o PSD/Açores, garantiu que, porém, a defesa da região estará sempre primeiro na acção dos deputados que forem eleitos para a Assembleia da República na lista que lidera. Neste caso, além de “determinação na defesa dos interesses” dos Açores, prometeu “proximidade”, assumindo o compromisso de os deputados que forem eleitos visitarem todas as ilhas do arquipélago pelo menos uma vez por ano e receberem os açorianos uma vez por mês nas delegações parlamentares.

Além da questão da reforma do sistema político autonómico, no âmbito de uma futura revisão constitucional, Berta Cabral considerou “desafios importantes” da próxima legislatura, no que toca aos Açores, a questão das Lajes e a situação da Universidade, o dossiê da RTP regional, a articulação entre serviços de saúde nacionais e regionais, “o reforço dos meios de segurança” e “o funcionamento da justiça” nas ilhas.

“Falta de transparência é a marca da governação socialista”



O PSD/Açores lamenta que a “falta de transparência” continue a ser “uma marca da governação socialista açoriana como se pode comprovar pela análise que o Tribunal de Contas faz à conta região relativa a 2013”. “Todos os anos”, referiu o deputado social-democrata açoriano António Soares Marinho, “o vice-presidente do governo apresenta-se no plenário iludindo os açorianos com discursos sobre um suposto paraíso financeiro” quando “o Tribunal de Contas revela precisamente o contrário, manifestando grande preocupação com o endividamento do sector público empresarial”.

Um dos exemplos da falta de transparência na gover-

nação socialista, apontou o deputado António Marinho, “é o que o Tribunal de Contas descreve sobre as cartas conforto emitidas pelo vice-presidente do governo regional contrariando a legislação, que obriga a que a sua aprovação seja feita em conselho do governo”.

No total, manifestou o deputado do PSD/Açores, “o vice-presidente do governo regional foi responsável por mais de duas dezenas de cartas de conforto que totalizam quase 120 milhões de euros”. Ou seja, “fica assim claro que o governo regional está a utilizar o esquema das cartas de conforto para fugir aos limites impostos legalmente à emissão de avals”.

O deputado manifestou ainda grande preocupação com a situação relatada pelo Tribunal de Contas em que se verifica “existir uma elevada de concentração de endividamento no período entre 2014 e 2018”. Segundo António Soares Marinho, “o relatório do Tribunal de Contas demonstra que há uma grande aflição do governo regional para conseguir dinheiro e que não tem dinheiro para pagar os compromissos assumidos. Os Açores e os açorianos não precisam de vendedores de banha da cobra, precisam de verdade, de rigor e de transparência, coisa que tem faltado na actuação do governo regional”.

Número 613 • 4 de JUNHO de 1986 • Preço 30\$00



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

XIII Congresso alcançou plenamente os objectivos

PSD está mais pujante para servir os Portugueses e cumprir o projecto social-democrata



- Liderança de Cavaco Silva é factor determinante de unidade e vitalidade partidária
- Eleitos os novos órgãos nacionais cujo mandato será de dois anos

CAVACO SILVA NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Um Povo só é feliz quando, atingida uma base razoável no campo material, se sente seguro de si próprio, orgulhoso do País a que pertence, identificado com a imagem nacional, confiante no Governo que elegeu para orientar o seu rumo



Edição n.º 613 do "Povo Livre", de 4 de Junho de 1986.

Manchete: "XIII Congresso alcançou plenamente os objectivos: PSD está mais pujante para servir os Portugueses e cumprir o projecto social-democrata". Vítor Crespo era o director do "Povo Livre".



Um Novo Contrato Social

Jaime Quesado (*)

Num tempo complexo, em que o acordo da Troika está a ter implicações em termos de um novo Contrato Social entre o Estado e a Sociedade Civil, numa lógica de competitividade aberta, as pessoas perguntam-se se cabe de facto ao Estado o papel de intervenção activa no combate à crise ou se pelo contrário não caberá à Sociedade Civil a tarefa de reinvenção de um novo modelo de criação colectiva de valor centrado na participação e criatividade individual. Num mundo de incertezas, em última instância, será que há de facto respostas para as perguntas que cada vez mais preocupam os portugueses?

As recentes medidas anunciadas pelo Governo vieram colocar o dedo na ferida. A gestão de expectativas é hoje fundamental e quando se começaram a agudizar os sinais de falta de controlo na gestão operacional das contas públicas criou-se o imperativo da necessidade da intervenção. O Estado assumiu a condução do processo, para evitar a contaminação do sistema e a geração de riscos sistémicos com consequências incontroláveis, mas as dúvidas mantiveram-se em muitos quanto à existência de soluções alternativas mais condicentes com o funcionamento das regras do mercado. Em muitas das situações a que estamos a assistir o que está em causa é a demonstração de que de facto neste mundo globalizado as elites detentoras da inteligência da gestão do capital perderam por completo o sentido da ética social própria de uma democracia aberta e justa.

O ano de 2013 vai ser particularmente relevante para Portugal. Está em cima da mesa, no contexto da consolidação do processo de integração europeia, a capacidade de o nosso país conseguir efectivamente apresentar um Modelo de Desenvolvimento Estratégico sustentado para o futuro. Da mesma forma que a maior democracia do mundo assumiu a inevitabilidade do seu processo de reinvenção estratégica, também em Portugal sinais inequívocos de mudança têm que ser dados. Em tempo de crise, os recentes acontecimentos à volta da agudização da crise, vieram uma vez mais demonstrar que existe no nosso país uma "minoría silenciosa" que de há anos a esta parte mantém o status quo do sistema paralisado e a pretexto de falsas dinâmicas de renovação social e reconversão económica tenta reencontrar o caminho do futuro com as mesmas soluções do passado impensáveis num contexto de mudança como aquele que vivemos.

As perguntas que as pessoas lançam, a propósito da Intervenção do Estado num contexto de crise em tempo de globalização, correspondem sem dúvida a um sentimento colectivo de uma nova geração que cresceu e amadureceu numa sociedade aberta onde a força das ideias é central para o desenvolvimento da responsabilidade individual num quadro colectivo. A nova geração que ganhou dimensão global através da força dos instrumentos da Sociedade da Informação acredita na felicidade e na justiça humana mas à custa duma adequada aposta na criatividade individual e no reconhecimento do mérito na criação de valor. Por isso, importa que se construam novas ideias que apresentem uma solução diferente para os próximos tempos do país. A oportunidade existe. Mas importa que haja respostas concretas.

(*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes para, no dia 3 de Julho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, efetivas, reunirem em Assembleia, na sede concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1) Análise da situação nacional e ano político 2015;
- 2) Análise da situação política concelhia;
- 3) Outros assuntos.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir no próximo dia 2 de Julho de 2015, (quinta-feira), pelas 21h30, no edifício da sede da junta de Freguesia da Senhora Hora, sita na Rua do Actor Vasco Santana, nº 26, na União das Freguesias da Senhora da Hora e S: Mamede de Infesta, do concelho de Matosinhos, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política - partidária
- 2 - Outros assuntos de interesse dos militantes, sem carácter deliberativo.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir em secção ordinária no próximo dia 2 de Julho de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00 na Sala António Cardoso da sede do PSD de Paredes, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45 em Paredes, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1- Definir a estratégia política a desenvolver no âmbito das Eleições Legislativas, ao abrigo da alínea a) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos em vigor.
- 2- Análise da Situação Política

SÉTUBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Setúbal, no dia 2 de Julho de 2015, (quinta-feira), às 21h00, na sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., em Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação político-partidária;
- 3 - Perspectivas económicas no Concelho de Setúbal.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir em secção ordinária no próximo dia 10 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 na Sede local do Partido situada na Rua Cor Afonso do Paço, nº 46 em Viana do Castelo, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Legislativas 2015 - Análise da situação política

Nota: Se à hora marcada não comparecer o número suficiente de militantes, fica a mesma reunião desde de já convocada para meia hora mais tarde, isto é, para as 21h30



II CONSELHO NACIONAL DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos e demais regulamentos da JSD, convocam-se o Conselho Nacional da JSD para reunir no dia 11 de Junho de 2015, pelas 15h, na Praça São João Bosco, 3B, em Lisboa. Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Informações;
- 2) Aprovação dos elementos da JSD a indicar como candidatos a Deputados do PSD à Assembleia da República;
- 3) Análise da situação política;
- 4) Outros assuntos.

(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR) CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se o Conselho Distrital da JSD de Leiria, para uma reunião extraordinária no próximo dia 28 de junho (domingo), pelas 21h00, na Sede do PSD da Batalha, sita na Av. Dona Filipa de Lencastre, 2440 Batalha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Aprovação do/a candidato/a da JSD às eleições legislativas pelo círculo eleitoral de Leiria;
Análise da Situação Política;
Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos estudos da JSD e regulamentos aplicáveis, convocam-se reunião extraordinária do Conselho Distrital do Porto, para dia 7 de Julho, pelas

21h00, a decorrer na Casa da Portela, Rua Dr. Miguel Pinto Martins, n.º 35 – S. Gonçalo, Amarante, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Aprovação da indicação dos candidatos a deputados da JSD pelo círculo eleitoral do Porto.

CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Setúbal da JSD, para reunião no próximo dia 03 de Julho de 2015, pelas 21h00, na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1º Esq, 2900 - 107 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Apresentação e discussão das propostas da CPD ao programa da JSD para as legislativas 2015;
- 4 - Aprovação das indicações da JSD à lista de deputados à Assembleia da República;
- 5 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigos dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis venho por este meio convocar o Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 3 de Julho, pelas 21:00h na sede concelhia do PSD da Lourinhã, cito sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Expediente e informações;
- 2 - Balanço do 1º ano de mandato dos atuais órgãos distritais;
- 3 - Apresentação, discussão e votação das propostas para candidato a deputado da JSD pela Distrital Lisboa Área Oeste nas Eleições Legislativas de 2015;
- 4 - Discussão da situação política local, distrital e nacional.

CONSELHO DISTRITAL JSD DISTRITAL ALTO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital do Alto Minho, no próximo dia 3 de Julho de 2015, pelas 21h00, na sede da JSD Alto Minho, Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, lote 1 loja nº 46, 4900-749 Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Balanço da Legislatura 2011-2015;
- 3 - Processo de indicação de candidatos às eleições legislativas;
- 4 - Outros assuntos.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral da Concelhia de Coimbra, para reunir no dia 25 de Julho de 2015 pelas 20h00 na Sede Distrital do PSD Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 - 3000-250 Coimbra com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da JSD Coimbra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral no mesmo local.

As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00.

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes desta secção para o IV Plenário Concelhio Ordinário de Mirandela, a reunir no dia 6 de Julho de 2015, pelas 21h, na Sede Concelhia de Mirandela do PSD e da JSD, sita na Av. 25 de Abril, 273, Sub loja Esq. - Fracção G, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;

2 - Apresentação, análise e votação de iniciativas políticas;

3 - Análise da situação política;

4 - Outros assuntos.

NÚCLEO DE PARANHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo de Paranhos, para reunir no próximo dia 24 de Julho de 2015, pelas 22 horas, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita no Largo do Campo Lindo, nr. 63 – Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo da JSD Núcleo de Paranhos

Notas:

As urnas estarão abertas das 22 horas às 24 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita no Largo do Campo Lindo, nr. 63 – Porto até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.